

**35º Encontro Anual da Anpocs**

**A OCUPAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:  
MEMÓRIA E HISTÓRIA NO MUSEU DE  
ARQUEOLOGIA SAMBAQUI DA TARIOBA**

Renata de Almeida Oliveira  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/  
Mestranda PPGMS – Programa de Pós Graduação em Memória Social  
Bolsista Capes/REUNI  
[renatinhaunirio@gmail.com](mailto:renatinhaunirio@gmail.com)

Regina Abreu  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
[abreuregin@gmail.com](mailto:abreuregin@gmail.com)

**OUTUBRO/2011**

## **Resumo:**

Este trabalho pretende refletir acerca de memórias da ocupação indígena no Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras. Esta reflexão insere-se numa temática mais ampla que visa detectar re-significações e novas leituras sobre a presença indígena no Estado do Rio de Janeiro, particularmente em museus fluminenses. Partimos da suposição de que estaria havendo uma valorização de vestígios, traços e fragmentos da ocupação indígena em território fluminense, o que parece não ter ocorrido no passado. Estes indícios levariam a supor que memórias antes subterrâneas estariam agora emergindo a partir da ação de agentes da memória em contextos locais ou regionais. Estes agentes são museólogos, historiadores, arqueólogos, cronistas, professores, produtores culturais e ativistas que estariam compartilhando da visão de que contar histórias e discorrer sobre memórias do Rio de Janeiro. Valorizar a ocupação indígena neste território é algo que vale a pena e deve ser pesquisado.

Palavras-chave: Memória e Patrimônio; Museu de Arqueologia; povos indígenas e sambaquieiros

### **1. Apresentando a questão**

O Rio de Janeiro é um estado de múltiplas faces. Percorrendo suas regiões pode-se perceber um imaginário amplo com diversas referências. Nos percursos que fizemos no âmbito da pesquisa sobre os museus do Rio ([www.museusdorio.com.br](http://www.museusdorio.com.br)), foi possível observar uma pluralidade de cenários e características que expressam e contam muitas histórias de um território que passou por mais de cinco séculos de ocupação. A região foi palco de diferentes processos de colonização desde a chegada dos primeiros portugueses que ali realizaram os primeiros empreendimentos econômicos visando o comércio de mercadorias na Europa. É bastante conhecido o fato de que passou por diferentes processos econômicos como o comércio do pau-brasil, do ouro que vinha das Minas Gerais, o cultivo do açúcar, o cultivo do café, a pecuária e a

produção agrícola. Estes empreendimentos implicaram também em distintas formas de trabalho e relação com a mão-de-obra prioritariamente baseada no trabalho compulsório de nativos indígenas e, posteriormente, negros vindos da África. Também foram diversificados os planos de urbanização e os modelos de cidades implementados. Em outro momento da história, pela proximidade com a capital do Império e depois da República, esta região, que hoje é definida administrativamente como o Estado do Rio de Janeiro, foi alvo de rápidas e importantes transformações nas políticas públicas e empreendimentos econômicos e sociais. Quando os colonizadores chegaram à região, esta era ocupada por grupos indígenas, a maior parte do tronco tupi<sup>1</sup>. Durante o processo de colonização estes desapareceram<sup>2</sup> dando lugar a novos agentes sociais. Os poucos grupos indígenas sobreviventes do período foram aqueles que conseguiram migrar para outras regiões do país, como o grupo guarani, por exemplo. Em idade ainda mais remota, viveram na região, principalmente nas áreas do litoral, povos sambaquieiros que foram completamente esquecidos tanto na memória regional quanto na historiografia oficial.

O imaginário desta região quase sempre aparece associado a representações sobre as épocas áureas do ouro, do açúcar, do café, da pecuária, ou mesmo de processos de modernização que trouxeram pontes, trens e pavimentaram as vias públicas. Ou seja, embora a região tenha sido ocupada em tempos idos por diferentes grupos indígenas, a memória e a história até muito recentemente pareciam ter banido para sempre as referências a estes períodos e à contribuição destes grupos. Isto fica muito evidente quando pesquisamos os museus e monumentos do estado do Rio de Janeiro: a maior parte são museus-casa de personagens da história de construção do Estado-nação; museus ferroviários; fazendas de café; pontes criadas por engenheiros renomados; museus de arte sacra relacionados

---

<sup>1</sup> O Tronco Tupi abrange várias famílias em todo o Brasil, mas a mais extensa é a família Tupi-guarani, representante do Tronco Tupi no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Existiam duas formas de transformar os índios em escravos: a chamada “guerra justa” (consistia na invasão armada dos territórios indígena; estes aprisionados, tornavam-se propriedade ou eram vendidos como escravos – tais expedições foram realizadas em grande quantidade e escaparam ao controle oficial, o que acabou por exterminar grande número de indígenas, fazendo se tornar escassa a mão-de-obra); e os resgates (uma operação comercial realizada entre portugueses e índios, onde os portugueses davam mercadorias européias e recebiam em troca índios prisioneiros de tribos aliadas, que haviam sido capturados durante as guerras tribais).

estritamente a expressões do catolicismo; imponentes fortes militares construídos para a defesa do território conquistado; museus que buscam enaltecer o progresso e as manifestações das ciências e das artes. Em suma, ao que tudo parecia indicar, a construção do que comumente é conhecido como o “imaginário fluminense” estaria predominantemente referenciado às aquisições do progresso e da civilização na região. E, certas memórias e histórias estariam fadadas ao esquecimento.

Entretanto, em nossa pesquisa sobre os museus do Rio percebemos pequenos sinais de que algumas mudanças estariam ocorrendo. É sobre estas mudanças que este trabalho pretende refletir. Aos poucos nos deparamos com algumas iniciativas de criação de museus ou monumentos ou ainda singelas referências sobre a ocupação indígena no estado do Rio de Janeiro. Ainda que estas iniciativas sejam esparsas e não correspondam à hegemonia das representações correntes no Estado, ao nosso ver, apontam novidades interessantes que veremos no decorrer deste trabalho.

## **2. Museus com temática indígena no estado do Rio de Janeiro: breve mapeamento**

Com relação à temática indígena no contexto do estado do Rio de Janeiro, o grande destaque museológico é o Museu do Índio, relacionado ao Estado brasileiro, diretamente ligado à Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Os demais museus com temática indígena no estado não tem esta abrangência nacional, alguns estão relacionados a entidades estaduais, outros a entidades municipais e algumas iniciativas partiram de movimentos sociais. É importante fazer a ressalva que nem todos os museus com temática indígena no contexto do estado do Rio de Janeiro expressam prioritariamente a memória da ocupação indígena local. O Museu do Índio, por exemplo, por sua abrangência nacional, não privilegia este tema, optando por trabalhar a questão indígena em um contexto mais amplo. De qualquer modo, possui rico acervo documental, bibliográfico, audiovisual e de cultura material, o que possibilita pesquisas com referência a esta memória de ocupação indígena. Principalmente na capital, existem outros museus onde se verifica a presença desta memória no país ou no estado, mas diluída no conjunto de outras referências históricas, como o

Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional. O Museu do Índio é o único voltado exclusivamente para esta temática.

No interior do Estado, onde predominam os pequenos museus, encontramos algumas instituições museológicas que focalizam o tema. Sem pretender fazer um inventário completo, citamos aqui alguns deles: Solar do Colégio em Campos dos Goitacazes, Museu de Arqueologia de Itaipú, Museu Arqueológico de Araruama, Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras e Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias.

Durante a pesquisa sobre os museus do Rio, percebemos que alguns destes museus começaram, a partir de determinado momento em suas trajetórias, a olhar com mais atenção e enfatizar a passagem e o legado dos povos indígenas no território do Rio de Janeiro. Este novo enfoque despertou nossa curiosidade. Estaria ocorrendo uma mudança na maneira de tratar a temática indígena nos museus do estado do Rio? Que mudanças seriam estas? Quais os agentes sociais envolvidos? Que pesquisas e que concepções de história e memória estariam embasando estas mudanças?

Apresento a seguir um breve mapeamento dos museus do estado do Rio de Janeiro com temática indígena. Num primeiro momento, focalizo o Museu do Índio, por sua notável expressão. Num segundo momento, focalizo os museus efetivamente pesquisados pelo projeto “museus do Rio”. Não é minha intenção esgotar o assunto e deixo para outro momento a possibilidade de realizar um inventário mais completo no contexto do estado.

O Museu do Índio foi inaugurado no dia 19 de abril 1953 no bairro do Maracanã, comemorando o Dia do Índio, sendo o antropólogo Darcy Ribeiro um dos principais representantes de sua idealização. A criação deste museu relacionou-se a um movimento de valorização do indígena no contexto da representação da nação, podendo ser considerado

“(…) um marco de uma museologia engajada no contexto antropológico brasileiro. O museu era visto com um instrumento de luta para a afirmação de um lugar para os povos indígenas. Além disso, percebe-se uma visão antropológica humanista e universalista, em que a ênfase estaria mais nos aspectos de igualdade entre os povos e de pertencimento das etnias indígenas ao conjunto da humanidade do que propriamente em suas diferenças culturais. É interessante perceber como, nessa modalidade de museu, o tema da arte era colocado em evidência. A estetização das culturas indígenas serviria para atribuir um valor positivo aos objetos que os arautos do

cientificismo evolucionista haviam relegado ao lugar de 'fósseis' de estágios inferiores de evolução humana. Darcy propunha a inversão do sinal diacrítico na apresentação das contribuições culturais, especialmente da cultura material indígena.” (ABREU, 2007, p. 148)

De acordo com Brandão (2011, p. 53) o museu surgiu como setor da Seção de Estudos (SE) do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Dez anos depois de sua criação, em 1963, o Decreto nº 52.665 determinou que o Museu se constituísse em um setor da Seção de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). Em 1967, a instituição passou a integrar a recém-criada Fundação Nacional do Índio (FUNAI), adequando-se à reforma administrativa que ocorreu no país e determinou o agrupamento de todos os órgãos relacionados à causa indígena. Deste modo, foram extintos os órgãos assistenciais indígenas CNPI e SPI. Atualmente, o Museu permanece ligado à FUNAI, órgão do Ministério da Justiça.

O Museu do Índio talvez seja a instituição que atualmente representa mais fortemente as ações pela guarda da memória dos povos indígenas no país, atravessando diversas fases ao longo de sua existência.

“O museu deveria privilegiar informações sobre as condições de vida dos povos indígenas na sociedade brasileira, os graves problemas sociais e o fato de os índios não terem a propriedade de suas terras asseguradas, Darcy propunha que a exposição fugisse da tendência a mostrar os objetos indígenas como exóticos para se fixar na idéia de que esses objetos integrariam o elenco de soluções encontradas pelo indígena para os problemas com que se defrontavam diante das necessidades de subsistência em florestas tropicais ou regiões áridas.” (ABREU, 2007, p. 147-148)

Em 1978, o prédio foi desativado e o museu transferido para a Rua das Palmeiras no bairro de Botafogo, endereço que o abriga até os dias de hoje. O atual prédio do Museu do Índio foi construído por João Rodrigues Teixeira, empresário da indústria alimentícia do Rio de Janeiro para sua residência no século XIX. O prédio é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e sua construção é um exemplar arquitetônico bastante representativo do período de urbanização do bairro.

Quando José Carlos Levinho assumiu a direção do museu iniciou uma nova maneira de se pensar e realizar as exposições que “trazia uma política absolutamente nova, ou pelo menos, rara, para um grande museu etnográfico:

incluir a participação dos índios na montagem de uma exposição” (ABREU, 2007, p. 169). Neste momento, o índio deixa de ser “personagem” e assume o papel de agente.

“Segundo o atual diretor, José Carlos Levinho, em entrevista à revista da FUNAI “Brasil Indígena” (Ano I, nº6, 2006, p. 19), o Museu do Índio, historicamente, sempre teve uma participação importante nas ações das agências oficiais de proteção ao índio – SPI e FUNAI. Primeiro, assumindo um papel de vanguarda em relação à implantação de novos conceitos museográficos, científicos e acadêmicos, além de inovar no relacionamento com o público. E segundo, em tempos recentes, através dos trabalhos realizados em seus acervos, assumiu uma participação fundamental no processo de demarcação das terras indígenas. O diretor esclarece que com a consolidação da automação da instituição, patrocinada pela FUNAI, é possível tornar acessível a grande massa de informações nela reunida, atendendo, assim a uma demanda cada vez maior das sociedades indígenas no sentido de garantir os seus direitos.” (BRANDÃO, 2011, p; 54)

Deste modo, no início do ano 2000, foi inaugurada uma emblemática experiência de uma exposição sobre os wajãpi realizada por antropólogos, museólogos e os próprios índios o que “expressa que uma nova configuração entre museus e antropologia estava em curso” (ABREU, 2007, p. 168). O grupo vive no Amapá em uma terra demarcada com 604 mil hectares totalizando 13 aldeias, já que cada grupo vive separadamente<sup>3</sup>.

O Museu do Índio, que foi criado para representar o índio no cenário nacional, vem realizando exposições sobre o índio no Rio de Janeiro como a exposição denominada "Tape Porã, impressões e movimento - Os Mbya no Rio de Janeiro", realizada em dezembro de 2009 e dedicada ao grupo guarani. Percebemos, então, um redirecionamento da representação do índio no contexto nacional para o índio em contextos específicos e particularmente algum foco na ocupação indígena no estado, o que antes não ocorria, pois o museu estava voltado para questões referentes à valorização e luta contra o

---

<sup>3</sup> Para a realização da exposição, o diretor do museu convidou a antropóloga Dominique Gallois (Professora-doutora do Departamento de Antropologia e coordenadora do núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo) que trabalha com os índios wajãpi há mais de vinte anos que firmou o compromisso de incorporar o ponto de vista do grupo sobre sua própria cultura, tomando-se o cuidado para que todas as aldeias fossem contempladas e integradas na produção da mostra. O grupo participou da confecção de objetos – por exemplo, alguns objetos de cerâmica tradicionais não eram mais produzidos – e da organização e montagem da exposição, inclusive na construção da Juruá, uma casa tradicional wajãpi. A exposição foi entendida pelo grupo como um extensão da aldeia, levando-os a fazer colocações tradicionais importantes para aproximar o museu de suas tradições.

preconceito dos povos indígenas, e, por muito tempo, os grupos Guarani do Rio de Janeiro foram esquecidos.

Sendo assim, constatamos que este tipo de museu é uma instituição governamental que possui uma proposta de trabalho baseada na parceria com os povos indígenas. Além das exposições realizadas, os visitantes podem contar também com ricos acervos: o bibliográfico na Biblioteca Marechal Rondon, o etnográfico, o audiovisual e o textual. Além disso, estão sendo adotadas novas formas de fazer contato com o público disponibilizando informações pela internet, criando espaços alternativos de exposição, como o Muro do Museu, que abriga constantemente exposições fotográficas, e enfatizando o trabalho com as escolas e as crianças.

Em um contexto regional, encontramos na cidade de Campos dos Goitacazes<sup>4</sup> (Região Norte Fluminense), o Solar do Colégio. Este prédio foi construído pelos padres jesuítas que ali chegaram ainda no período colonial.

“A fachada principal está voltada para leste propiciando boa ventilação natural e recebe os raios solares matinais. É composta por: solar, torre e capela, formando um só corpo linear. Todo o conjunto com telhado em duas águas apresenta o beiral tipo “beira-seveira”. Sob a administração dos Jesuítas, pelos vastos capinzais, nasciam manadas numerosas. Foram também os padres abriram canais e valas saneadoras.” (Museus do Rio, *mimeo*)

Serviu de sede para uma fazenda produtora de gado e alimentos (arroz, feijão, milho, farinha, açúcar e aguardente). Os Jesuítas foram responsáveis por um dos primeiros aldeamentos indígenas com os índios goytacazes que habitavam o local. Além da utilização da mão de obra indígena, fizeram uso também da mão de obra de escravos vindos da África. O prédio é um dos mais antigos remanescentes da memória da ocupação indígena e da colonização na região. Ao longo de séculos, teve vários usos e testemunhou muitas transformações. O atual diretor, Carlos Roberto Bastos Freitas, que foi entrevistado para a pesquisa sobre os Museus do Rio, demonstra grande interesse em realizar pesquisas sobre estas diferentes fases da história do prédio e, em particular, sobre a história dos povos indígenas e sua dizimação.

---

<sup>4</sup> O Município de Campos dos Goytacazes, localizado no litoral leste do Estado do Rio de Janeiro, a 234 km de sua capital, é o maior município em extensão territorial do Estado, com uma área de 4.469km<sup>2</sup>.



“O Solar do Colégio insere-se, de uma forma mais ampla na história de ocupação e exploração da terra, da mão de obra indígena e africana, sobretudo em razão da aliança firmada entre a coroa portuguesa e a Companhia de Jesus<sup>5</sup>. Ele testemunha a eficácia de um plano de ação missionário, militar e colonizador cujos aldeamentos, missões, colégios e fazendas são as marcas deixadas ao longo do caminho trilhado pelos padres da Companhia em terras brasileiras.” (Museus do Rio, *mimeo*)

Tombada pelo IPHAN<sup>6</sup> em 1945, hoje a antiga sede da fazenda da Companhia de Jesus recebe o nome de Solar do Colégio. Atualmente no local, funciona também o Arquivo Público da Cidade de Campos, onde se encontram reunidos os documentos mais antigos do local. O professor Carlos Roberto vem liderando um trabalho de preservação e de pesquisa, onde o tema indígena é priorizado. Entretanto, o prédio encontra-se num estado muito deteriorado e com poucos apoios financeiros para o empreendimento de preservação e pesquisa. Mas, a riqueza do acervo e do próprio prédio como documento vem chamando a atenção e certamente poderá atrair pesquisadores, principalmente levando-se em conta a proximidade com a UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense.

De acordo com Carlos Roberto, esse edifício pertence atualmente ao Governo do Estado, mas está sob a guarda da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e cedido para a prefeitura para abrigar o Arquivo Público Municipal. Antes disso, foi iniciado um projeto que visava utilizar o edifício como sede da Escola Nacional de Cinema, que não foi à frente por uma série de problemas ocorridos na época<sup>7</sup>. Deste modo, o prédio permaneceu fechado sem ser finalizada a restauração na metade da década de 90. Em 2001, quando surgiu a possibilidade de se implantar o arquivo público a restauração foi finalizada sendo realizadas algumas adaptações para que o prédio pudesse funcionar com tal finalidade.

O professor Carlos Roberto afirmou que trabalhar com a questão da memória local é fundamental, ressaltando que o Arquivo Público de Campos

---

<sup>5</sup> Ibidem

<sup>6</sup> Imóvel tombado pelo IPHAN em 24/07/46. Código de identificação: Casa e Capela do Engenho do Colégio **CPG-CA-009**. Insc. 243, f1 s 41 Livro de Tombo nº 2

Propriedade: Próprio Estadual cedido ao Município.

<sup>7</sup> Tais problemas não foram elucidados por Carlos Roberto.

pode ser considerado um “lugar de memória”<sup>8</sup>. Acredita que com a criação do arquivo e por meio de pesquisas que estão em andamento, a história da região poderá ser escrita com mais detalhes, seu processo de ocupação, suas atividades econômicas e os ciclos que foram marcantes e característicos.

No cenário do estado do Rio de Janeiro, existem ainda outros museus que remetem a ocupação indígena através das fontes materiais, notoriamente os achados arqueológicos encontrados em sambaquis, tais como restos de alimentos, ferramentas, ossadas, conchas, ostras, vestígios de construções e instrumentos de trabalhos. É o caso do Museu de Arqueologia de Itaipú (MAI) situado no município de Niterói<sup>9</sup>, Museu Vivo do São Bento no município de Duque de Caxias, Museu Arqueológico de Araruama e Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba no município de Rio das Ostras, objeto de pesquisa deste trabalho.

O Museu de Arqueologia de Itaipu está localizado em Itaipu que configura uma região litorânea, distante do centro comercial e urbano do Município de Niterói.

“A cidade está localizada a 13 km de distância da capital do Estado. Niterói, que em tupi guarani significa “água escondida”, é a antiga capital do Estado do Rio, antes da fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara, ocorrida em 1975. Também chamada carinhosamente de “Cidade Sorriso”, localiza-se do outro lado da baía de Guanabara, sendo muito conhecida pela Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) e pelo seu famoso cartão postal, o prédio do Museu de Arte Contemporânea (MAC), projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Possui como característica o grande desenvolvimento socioeconômico à partir dos anos 1970, comprovado pelos índices elevados de IDH, estando entre as quatro melhores posições do Brasil (segundo a Organização das Nações Unidas – ONU). É também o município mais escolarizado do país, segundo dados do INEP (Ministério da Educação/2000). Com uma população aproximada em 474.002 habitantes (dados de 2007 – IBGE), uma área de cerca de 129 km<sup>2</sup> e 11 km de praia no litoral, Niterói tem grande importância econômica no Estado do Rio de Janeiro e figura uma posição estratégica para o desenvolvimento da indústria naval e petrolífera fluminense.” (Museus do Rio, 2010, *mimeo*)

Segundo Alejandra Saladino (2010, p. 235) o MAI é um exemplo entre outros museus arqueológicos que fazem parte de um processo de

---

<sup>8</sup> NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

“...recepção e valorização do patrimônio arqueológico – fundantes da sua própria preservação – têm nos museus estratégicos espaços para o seu desenvolvimento. Nestes lugares operam diversos grupos mobilizados por objetivos e metas específicas que contribuem para a conformação daqueles processos.” (SALADINO, 2010, p; 235)

O MAI está localizado na margem esquerda da praia de Itaipú, espaço ocupado pela colônia de pescadores Z-7, RJ – antiga Z-10 – e por outras habitações muito próximas que contrariam disposições legais, no que se refere ao entorno de sítios tombados.

“Ainda que a Lei n ° 3.924/61 não indique objetivamente a distância a ser guardada entre monumentos tombados e novas construções e tampouco seja regulamentada a área *non aedificandi* há uma indicação de que novas construções devem respeitar uma distância desses sítios suficiente para não interpor-se sobre eles, nem interferir na paisagem.” (SALADINO, 2010, p; 235)

À direita ao MAI está o canal de Itaipu e o local dos extintos sítios arqueológicos Sambaqui de Camboinhas e Duna Pequena, que foram destruídos por grandes obras de urbanização da região e pela construção uma estrada e de um apart-hotel. Há na região ainda diversos outros sítios destruídos total ou parcialmente, como por exemplo, o Sítio Arqueológico do Sossego e o Sítio Arqueológico do Condomínio Ubá Itacoatiara, composto pelos remanescentes de capela e cemitério do século XVIII. (SALADINO, 2010, p. 238).

O Museu ocupa uma antiga construção do século XVIII, datada de 1716. O prédio servia a uma instituição chamada de “Recolhimento de Santa Tereza”, dedicada a receber mulheres alijadas da sociedade. As primeiras chegaram em 1764 e, de acordo com a museóloga e diretora do MAI, Maria de Simone Ferreira, “essas mulheres pagavam algum tipo de culpa, seja por questões amorosas, gravidez indesejada, famílias que iam viajar ou ainda, eram prostitutas. A prática de se criar espaços para mulheres era muito comum durante este período” (Museus do Rio, 2010, *mimeo*). O “Recolhimento” funcionou até as primeiras décadas do século XIX, período marcado pelo processo de decadência de sua função original e acabou se tornando um asilo para menores. Em 1830, o prédio foi abandonado, fato que gerou sua degradação até tornar-se uma ruína. No início do século XX, os moradores da colônia de pescadores de Itaipu passaram a habitar o espaço construindo

pequenas casas e, utilizando o local para tingimento de suas redes de pesca. O pedido de tombamento do local ocorreu em 1940 e partiu da própria colônia de pescadores da região que, entendendo a importância da construção, enviaram *“correspondências ao Governo do Estado e à então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), para que o bem fosse tombado e servisse de sede à Colônia de pescadores”* (Museus do Rio, 2010, mimeo). O processo foi finalizado em 1955, quando o prédio foi escrito no livro de tombos de Belas Artes e as famílias que viviam no local passaram a residir nos seus arredores. Apesar do prédio ter sido tombado em 1955, as obras de conservação da Capela e das paredes do “Recolhimento” começaram somente em 1968 quando foi iniciado o processo de criação do museu, idealizado pelo arquiteto Edgard Jacintho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A partir de então, o projeto de criar um Museu de Arqueologia emergiu, considerando os sítios arqueológicos da região, e o material coletado por pescadores. Deste modo, o Museu foi inaugurado em 1977, com a coleção Hildo de Mello Ribeiro, que era um fiscal de pesca, morador de Itaipu e arqueólogo amador e tinha por prática coletar material proveniente da Duna Grande e dos sítios arqueológicos da região.

“A coleção Hildo de Mello Ribeiro (HMR) conta com cerca de quase mil peças, compostas por machados de pedra, restos de alimentos, pontas de ossos, lascas de quartzo, polidores, peças cerâmicas, conchas. Há registros de povos sambaquieiros na região de 6 mil anos A.C aproximadamente. No entanto, a Coleção HMR não foi considerada científica por ser coletada por um morador da região, sem nenhuma pretensão acadêmica, o que influenciou na exposição permanente durante anos. Segundo a diretora do Museu, a antiga exposição suprimia a história de Itaipu, expondo acervos de outras instituições, como o Museu Nacional e o Instituto de Arqueologia Brasileira, sem dar destaque para a histórica local. No entanto, a nova exposição permanente, tem como enfoque a representação da história local, a construção de uma memória da região, do prédio histórico, da formação do acervo, da criação do museu, do contato com a colônia, da participação da colônia no processo de tombamento e do processo de construção de acervo. Além da coleção inicial, o acervo do Museu conta também com achados de fragmentos de porcelana do Recolhimento de Santa Teresa, os blocos-testemunhos retirados da pesquisa de salvamento de Camboinhas (realizada na região e coordenada pela Profª Lina Kneip do Museu Nacional em 1979, por causa da construção da Estrada de Camboinhas, que viria a deteriorar os sítios arqueológicos da Duna Pequena e do Sambaqui ali localizados) e uma canoa de jequitibá do

século XIX, utilizada como cocho para tingimento de rede de pesca, doada por moradores da localidade. (Museus do Rio, 2010, *mimeo*)

Desde sua inauguração, o MAI passou por diversos momentos, tendo fechado suas portas em algumas ocasiões em decorrência de obras de readequação do espaço, falta de pessoal e de vigilância. O período de fechamento mais recente foi entre 2008 e 2009, quando foram executadas reformas, restaurações, reestruturação e criação de novas exposições, no intuito de construir uma memória local: do prédio histórico, da formação do acervo, da criação do museu, do contato com a colônia, da participação da colônia no processo de tombamento, no processo de construção do acervo entre outros fatores. Foram realizadas obras de restauro na Capela para que a mesma abrigasse a nova exposição permanente, onde atualmente é exibida a Canoa Caiçara, uma das principais peças do acervo. O MAI passou a integrar o conjunto dos museus do Instituto Brasileiro de Museus, após a criação deste em 2009. A atual direção tem se preocupado em manter viva a relação da instituição com os moradores da região, especialmente os integrantes da colônia de pescadores, uma vez que foram eles que reivindicaram o tombamento e a preservação do prédio. Além disso, há um esforço em realizar pesquisas sobre a ocupação indígena na região e especialmente levantar maiores informações sobre os povos sambaquieiros no entorno. A exposição permanente fornece algumas informações sobre estes povos e sobre outros grupos indígenas que ocuparam aquele território.

O Museu Vivo do São Bento, localizado em Duque de Caxias não é especificamente um Museu de Arqueologia. É considerado, na verdade, um museu de percurso que transita por diversos momentos ao longo da história do Brasil. Desse modo, não se trata efetivamente de um espaço para a realização de exposições como estamos habituados a encontrar em Instituições Museais “convencionais”, mas também, um conjunto de construções históricas que compõem a região. “O percurso concebido é extremamente revelador de uma longa cronologia histórica daquela localidade deixando entrever marcas, vestígios e inscrições deixadas por diferentes períodos da história de ocupação humana na paisagem.” (NUNES, 16, 2010)

É possível localizar no percurso vestígios da presença de diferentes grupos que viveram no local entre os séculos XVII e XIX, tais como:

sambaqueiros, grupos Tupinambá, ocupação lusitana e resistência quilombola. Quem decide visitar esse museu é recepcionado por um grupo de professores de História que fazem parte do Centro de Referência e Patrimônio Histórico da Cidade e do Centro de Pesquisa em Memória e História da Educação da Baixada Fluminense da Cidade de Duque de Caxias. Esse grupo de professores, especialistas em História da Baixada Fluminense, exercem grande influência na criação de políticas públicas na cidade, auxiliando nas pesquisas dos patrimônios materiais e imateriais locais, visando seus tombamentos e registros.

“Trabalhando com a história do Brasil e ativos militantes políticos, eles perceberam muito cedo a importância de fazer um trabalho de revitalização da história da própria região, uma vez que toda aquela área vinha sofrendo contínuo processo de decadência e de desvalorização. O importante para eles era encontrar um meio de construir para os alunos e moradores do entorno da Faculdade uma visão positiva do lugar onde moravam e estudavam criando um vínculo mínimo capaz de fazer brotar uma auto-estima da população com relação ao espaço por eles ocupado. Foi assim que eles tiveram a idéia de pesquisar sobre a região e encontrar vestígios que possibilitassem a construção de um percurso que revalorizasse para seus alunos e para a população local a história da região e do município de Duque de Caxias.” (NUNES, 2010, p. 15-16)

Por se tratar de um museu considerado de percurso e pelo fato do local abrigar vestígios de diversos momentos da história não apenas da região, mas também do Estado e do país, encontra-se ao final do percurso um Sítio Arqueológico denominado “Sambaqui do São Bento”, um vestígio da ocupação de povos indígenas e sambaquianos na região.

“Esses primeiros habitantes, foram mais tarde catalogados como os povos das conchas ou sambaqueiros, devido à característica predominante de acumularem os rejeitos alimentares e os restos mortais de seus antepassados em pilhas de conchas e ossos. Essas montanhas ricas em cálcio solidificaram-se com o passar de alguns milhares de anos, tendo sido então cobertas pelo substrato de outras eras, como areia das praias trazida pelo vento, matéria orgânica proveniente da decomposição dos restos de plantas e animais mortos. Assim constituíram alterações na paisagem e no relevo de boa parte da costa brasileira, antes mesmo da presença de grupos indígenas com padrões de organização social bem definidos que a arqueologia tem conhecimento, como os tupinambá e os guarani.” (NUNES, 19, 2010)

O local do sambaqui trata-se de uma região visivelmente degradada e com construções que remetem a uma favelização, onde encontramos terrenos ocupados por um processo de especulação imobiliária irregular. O proprietário de grande parte do terreno em que o sítio arqueológico foi encontrado fazia uma nova divisão do espaço para que pudesse vendê-lo em lotes diferentes. Por sua vez, os compradores construíram suas residências sobrepostas ao sítio arqueológico, o que ocasionou o desaparecimento de grande parte. Em 2005 o grupo de professores tentou fazer com que o governo retirasse ou remanejasse as pessoas do local, mas não conseguiram, então, professores de diversas instituições públicas e privadas que visitavam as terras sugeriram criar a campanha “SOS Sambaqui do São Bento”. Foi assim que conseguiram comprar dois terrenos com a contribuição financeira de professores, alunos e sindicatos. No entanto, ainda assim, os terrenos continuam sofrendo forte degradação com a ação das pessoas que vivem na vizinhança.

A presença indígena está relatada também em diversos documentos que fazem parte do acervo do Instituto Histórico de Duque de Caxias além de documentos adquiridos pelos professores-pesquisadores os quais descobriram que muitos desses indígenas chegaram a trabalhar como capatazes e administradores e, documentos que comprovam a realização de diversos casamentos entre índios e escravos. Este museu é um exemplo de luta e força de vontade de valorizar a memória indígena na região, mas, principalmente, de preservar a memória, a história e o patrimônio local, que tenta aos poucos, conquistar seu espaço e interferir nas políticas públicas do município.

Saindo da região metropolitana do Estado, tratando-se de vestígios arqueológicos, percebemos que a região das Baixadas Litorâneas possui muitas pesquisas, havendo um forte processo de valorização dessas memórias da ocupação indígena na região que abriga dois importantes museus: o Museu Arqueológico de Araruama e o Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba, em Rio das Ostras, representantes singulares desse processo, ambos contam com o apoio das respectivas prefeituras locais.

O museu que se localiza em Araruama<sup>10</sup> é uma instituição municipal, fundada em abril de 2006, e está situada na sede da Fazenda Aurora fundada

---

<sup>10</sup> As informações aqui relatadas são provenientes de entrevista com a funcionária do museu Simone Berada, em abril de 2009.

em 1862, por um português chamado Francisco Pereira da Costa Vieira. O prédio do Museu é tombado pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural)<sup>11</sup> por ser considerado um exemplar da arquitetura civil do século XIX, em estilo Neoclássico. Os primeiros registros da história de Araruama datam de 1615, em consequência da fundação da cidade de Cabo Frio.

“As terras de Araruama integravam a sesmaria doada a Manuel Riscado, permanecendo, porém, despovoada por muito tempo. Foi criada, em 1799, a freguesia de São Sebastião de Araruama, tendo como centro a primitiva Matriz de São Sebastião, fundada pelos frades capuchinhos. Esta freguesia pertenceu ao município de Cabo Frio até 1852, quando passou a fazer parte do município de Saquarema emancipando-se em 1859. O declínio da agricultura cafeeira no Estado do Rio de Janeiro provocou profundas alterações na economia de Araruama. A cultura da cana-de-açúcar, que já existia anteriormente, teve um novo impulso. A função portuária e a produção salinera diversificaram a economia da cidade. Com a construção da rodovia RJ-106 o município de Araruama passou a atrair um elevado número de turistas e veranistas. A partir daí o município passou a ter outra vocação, o turismo, que hoje é a sua principal atividade econômica.” (INEPAC, web)

O Museu localizado no km 27 da Rodovia RJ 124 apresenta dois temas principais tendo suas exposições divididas entre as histórias do Brasil Colonial e da ocupação indígena e sambaquieira na região. É dado destaque a três grupos: os povos Sambaquieiros (Saquarema), os Goitacá (Campos) e Tupinambá (Araruama). São poucos os objetos expostos, visto que, parte dos vestígios encontrados nos sítios arqueológicos existentes na região tem como destino o Museu Nacional. Nas exposições do Museu em Araruama, encontramos quadros explicativos, com fotos dos objetos e dos grupos indígenas, além das escavações realizadas nos sítios arqueológicos da região. O Museu faz parte de um Projeto de Turismo Cultural que não termina no museu, continua em Morro Grande no 2º Distrito, local onde são realizadas as escavações e pesquisas arqueológicas.

Toda a área foi adquirida pelo Governo Municipal que instalou o complexo Cultural e Educacional Leonel de Moura Brizola composto por uma unidade de ensino de tempo integral, uma capela e o museu. É um complexo que faz parte da Prefeitura de Araruama. Tem uma Escola Municipal que funciona em horário Integral, possui aproximadamente 300 alunos do pré-

---

<sup>11</sup> Tombamento provisório de 14/08/2001. Processo nº E-18/000.251/2000



escolar ao 9º ano do Ensino Fundamental I. Na Escola Municipal Honorino Coutinho foi construída uma oca Tupinambá, réplica de uma oca indígena, aliás, o Estudo da Cultura Tupinambá foi inserido na Grade Curricular da escola.

Finalizando a construção da hipótese de que contemporaneamente está se iniciando um movimento por parte de pesquisadores, museólogos, historiadores e cientistas sociais, sobretudo através da criação de algumas instituições museais que possuem o intuito de valorizar a memória e a história da ocupação indígena e sambaquieira no estado do Rio de Janeiro, apresento brevemente o museu que será o objeto de pesquisa deste trabalho: o “Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba”, localizado em Rio das Ostras. Trata-se de um museu singular, que o acaso foi fator fundamental para sua criação e fortalecimento das pesquisas e tentativas de construção de histórias e memórias locais. O museu é um dos diversos equipamentos culturais criados no âmbito da Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC), fortalecendo o turismo e os laços dos moradores com a cidade.

É um dos poucos museus considerados “*in situ*” no país, ou seja, o material que está exposto permanece da maneira como foi encontrado. Estão expostas no sítio arqueológico ossadas de povos sambaquieiros que viveram na região e cascas de ostras que contam um pouco da pré-história local. Além da exposição principal, existem também mapas que representam algumas teorias que tentam desvendar como esses povos chegaram à América do Sul, maquetes que representam como deveria ser a paisagem do território na pré-história e, objetos que foram encontrados na região e estão expostos em vitrines.

Esses são alguns emblemáticos exemplos de museus que visam valorizar a memória e a história indígena no estado do Rio de Janeiro, muitas vezes impulsionados por movimentos sociais, incluindo os próprios grupos indígenas, pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas e professores das redes pública e privada de ensino e, de Universidades.

Não pretendo com este trabalho fazer uma análise exaustiva da memória da ocupação indígena no estado do Rio de Janeiro como um todo, mas apenas sinalizar para este tema, mostrando que existem pesquisadores e instituições interessadas em contribuir para a construção dessas memórias e

histórias que pareciam por muito tempo fadadas ao esquecimento. O que pretendo neste trabalho é fazer um estudo de caso sobre um museu em particular que vem focalizando a ocupação dos povos sambaquieiros em Rio das Ostras. Com este estudo de caso específico, pretendo levantar questões para futuros desdobramentos.

### **3. A “descoberta” do Sambaqui da Tarioba**

“O Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba foi descoberto por acaso”. Essa frase é repetida diversas vezes em artigos, notícias e, até mesmo por funcionários desse equipamento cultural, ao contarem sua história. Oficialmente, as escavações no sítio arqueológico tiveram início em 1997, após essa descoberta “ocasional”. Segundo Mara Fróes, Presidente da Fundação Rio das Ostras de Cultura nessa época “apareceu um senhor com uma pedra na mão”, daí começou o interesse em pesquisar o que era aquele objeto e por quê estava ali. Na mesma época, seria construído no quintal dos fundos da Casa de Cultura um teatro para que um grupo local pudesse ensaiar e se apresentar. Quando iniciou-se as escavações para construção do equipamento cultural, foram encontrados vestígios que pareciam ser de populações antigas. Juntou-se ao objeto encontrado nos arredores do museu e surgiu a curiosidade em descobrir o que era aquilo. Descobriu-se então que naquele local estava um sítio arqueológico que já havia sido mapeado pela equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) em 1967. Dos doze sítios arqueológicos<sup>12</sup> identificados na região, foi o último a ser encontrado e mapeado por pesquisadores do Instituto<sup>13</sup> que realizavam Programa Litoral Fluminense, que era dedicado a esta área específica de trabalho, que enquadrava-se em um projeto maior denominado Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) patrocinado pelo Smithsonian Institution e realizado com autorização e apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (CHAMUM, 2004, 39).

---

<sup>12</sup> Entre eles: Sítio Santa Luzia, Sítio Casa da Pedra, Sítio Arqueológico Serramar, Sítio Arqueológico do Salgado, Sítio da Jaqueira, Sítio Casa Rosa, Sítio Pasto do Cemitério, Sítio Massangana, Sambaqui de Itapebus

<sup>13</sup> Instituição privada de caráter científico localizada em uma fazenda de café do século XVIII, na av Suburbana, no Rio de Janeiro

“Na ocasião, a equipe parou na Praça São Pedro, que era bem mais ampla, sem muitas das construções que hoje circundam a referida praça, contando somente com a casa que hoje abriga a sede da Fundação Rio das Ostras de Cultura. Verificaram neste local um monte de terra preta com muitas conchas e observaram que se tratava de um sambaqui. A equipe tratou de batizar o sambaqui, já que não havia um nome para identificar aquele local. Indagou-se sobre o nome daquela concha específica encontrada no sambaqui – Anomalocardia – que é conhecida pela população local como Tarioba. Daí o nome Sambaqui da Tarioba.” (CHAMUM, 2004, 37-38)<sup>14</sup>

De acordo com o Coordenador de Eventos da Fundação Rio das Ostras de Cultura, Jorge Pinheiro não foram realizados investimentos em escavações até a criação da Casa de Cultura, pois o Dr. Bento Costa Jr., antigo proprietário da casa não permitiu. Deste modo, o sítio foi encontrado e redescoberto ocasionalmente durante as escavações para a construção de um palco e os camarins de um Teatro ao ar livre nos fundos da Casa de Cultura, que era uma necessidade da cidade na época.

“Nessa localização que hoje se encontra o museu, a gente ia fazer um palco porque era o local mais alto do quintal da casa. A idéia era fazer um palco para manter umas atividades nos finais de semana, de teatro, de música... Aí tirando, começamos a pensar como seria o palco, aí aparece uma pessoa que achou uma lâmina de machado, ela chegou com uma pedra, falando que era uma pedra, uma lâmina de machado que encontrou na raiz da árvore da Rua da Jaqueira, uma jaqueira antiga em uma rua que tem aqui atrás. Eu fui procurar os institutos de arqueologia, o museu histórico, até para saber a procedência, o que seria aquilo, confirmaria se era um objeto pré-histórico. Rodei alguns lugares e tive contato com o pessoal do Instituto de Arqueologia Brasileira. Eles mandaram um técnico aqui em Rio das Ostras e para nossa surpresa ele estava com um mapa na mão e nesse local, no quintal da casa, tinha um sítio registrado desde 1967, quer dizer, já tinha 30 anos de registro de um sítio arqueológico no local da casa.” (Mara Moreira Fróes – Presidente da Fundação Rio das Ostras de Cultura)<sup>15</sup>

Após o contato entre a Fundação Rio das Ostras de Cultura e o Instituto de Arqueologia Brasileira

---

<sup>14</sup> Segundo Chamum (2004), em escavações mais recentes foi encontrada uma quantidade maior de Ostrea e a Tarioba (Anomalocardia) aparece com menor frequência, no entanto, o IAB reconheceu e registrou como Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba, pois havia a preocupação de preservar o nome local.

<sup>15</sup> Transcrito de: PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS. Fundação Rio das Ostras de Cultura. **Sambaqui da Tarioba**: Preservar é Preciso. Rio das Ostras, 2004. (30 min)

“...as autoridades municipais contataram a equipe de pesquisadores do Instituto, para avaliar a situação do sítio, sua delimitação e possibilidade de tal expansão. Verificou-se então, que somente a parte do sítio que ficava no quintal daquela casa, permanecem em bom estado de conservação, exceto por decapagens superficiais provenientes da capina do terreno, enquanto que todo o restante foi ocupado por inúmeras outras construções.” (CHAMUM 2004, 39)

Deste modo, para que o museu fosse preservado, a parceria entre a Fundação Rio das Ostras de Cultura e do Instituto de Arqueologia Brasileira foi fundamental:

“Essa parceria vai se dar por muito e muito tempo porque todo o material exposto precisa de uma manutenção constante, com técnicos e museólogos do Instituto, que vem sendo feito periodicamente em vitrine, nos enterramentos, em todo o material.” (Juber Decco – Técnico em Pesquisa Arqueológica/IAB)<sup>16</sup>

O objetivo do museu é apresentar a cultura do homem sambaquiano que habitou a região de Rio das Ostras há 5500 anos enfocando sua distribuição espacial, suas características biológicas e o método de trabalho adotado pelos arqueólogos na pesquisa de campo. Segundo o Presidente do Instituto de Arqueologia Brasileira, Ondemar Dias, *“Desde o princípio já havia essa intenção de deixar o sítio em exposição e fazer realmente uma exposição didática, ou seja, para qualquer pessoa leiga saber o que é um sambaqui<sup>17</sup>.”* Tal fato despertou na equipe de criação do museu a preocupação em apresentar à população qual era a importância do museu, como expressou Mara Fróes:

“Eu tinha que explicar a uma população o que eu estava fazendo dentro de um monte de buraco. E era difícil, a matéria é difícil explicação, fazer a população entender que aquilo ali, que o pessoal que morava aqui antes de todo mundo tá aqui. Aí eu tava falando, a gente estudava a história, tentando ir a fundo e descobrir os grandes navegadores, todo mundo que passou aqui, quantos anos poderia ter esse município. Difícil, a gente achava três linhas assim em um livro e de repente se percebeu o grande passado que estava na sua cara, entendeu? Então optou-se na época quando eles começaram a fazer prospecção, a primeira prospecção foi uma surpresa, que eles acharam ossada, o professor Ondemar também que é um ícone

---

<sup>16</sup> Idem 15

<sup>17</sup> Idem 15

desse país de arqueologia, Beltrão também veio aqui... Nossa tanta gente passou por aqui. Então nós definimos na época, o Ondemar achou a melhor lógica e eu posso dizer que ele que definiu e eu fiz assim ó: tá bom, tá ótimo! Que poderia a gente fazer um museu de sítio, deixar a escavação aparente. Eu consegui na época dinheiro prá fazer uma cobertura porque eles não trabalhavam fora da cobertura, o pessoal me mata também, arqueólogo é fogo na roupa. Arrumei um capim, parecia uma tapera, o negócio começou a voar, começou a entupir ralo dos vizinhos o negócio ficou igual a um tapete mas aí vinha naquele ímpeto, né: achamos uma descoberta prá região aqui fenomenal. Sabendo que em Araruama tinha cento e tantos sítios, Saquarema tem mais não sei quantos sítios catalogados e de repente Rio das Ostras a gente faz um achado desse achando que o lugar era um local de passagem. Mesmo você pensando que é super aprazido, não ia ter população aqui? Mas assim, nem historicamente você tinha índio que pudessem comprovar os índios daqui, né? Assim índios que estavam aqui... Você via Goitacazes ali em Campos, Tamoios prá lá e aqui a gente ficou em um local meio neutro, assim, estranho. Então isso veio comprovar tudo, né? Tinha ocupação, a ocupação vinha, acontecia aqui, aconteciam em vários lugares aqui do município, na zona rural, entendeu?" (Entrevista com Mara Moreira Frões - Pesquisa de Campo 09 de setembro de 2010)

Apesar de ser um Sítio Arqueológico onde viviam povos sambaquianos, está exposta na entrada do espaço do museu uma urna funerária da tradição tupi-guarani e, de acordo com Jorge Pinheiro era utilizada para a realização dos sepultamentos feitos pelos índios Goitacá. Ao entrar no museu a área das escavações desperta a atenção de quem visita<sup>18</sup>.

"O processo de escavação foi feito da seguinte forma: um longo corte, com todo o comprimento necessário, acompanhando um muro alto (atualmente existente), que divide o sítio ao meio e o separa das casas vizinhas, utilizado como parede do museu. Afastado um metro e meio de tal parede, o corte tem a largura de dois metros e toda a profundidade do sítio, onde necessário. Como de praxe, para localização do material, foram divididos setores identificados em 4m<sup>2</sup>. Objetivando a mostra ao público, nos setores onde ocorreram estruturas e evidências de importância, a escavação foi – total ou parcialmente – paralisada, permanecendo as mesmas em campo, submetida às mesmas medidas de segurança que foram julgadas necessárias." (CHAMUM, 2004, 40)

Durante as escavações foram encontradas vinte e uma ossadas das quais quatro estão expostas da maneira como foram encontradas, apresentando uma das características mais marcantes do Sítio Arqueológico: o fato de ser "in situ", ou seja, todo o material exposto é deixado da maneira

---

<sup>18</sup> Mais informações sobre povos indígenas e sambaquieiros ver: GASPAR (2004), TENÓRIO (2004), GASPAR, BUARQUE, CORDEIRO e ESCÓRCIO (2007).

como foi encontrado. De acordo com Jorge Pinheiro, nesta área pode-se observar que os arqueólogos dividiram o local em quadrantes cavando o centro destes, analisando e aumentando o perímetro do espaço a ser explorado dependendo do material que for encontrado. Deixaram alguns quadrantes mais altos para destacar o tamanho das cascas de Ostras encontradas no local que são muito grandes. A divisão foi feita em cinco camadas estratigráficas e a areia encontrada no fundo é parecida com a areia da praia. A argila encontrada foi trazida de outros lugares pelos sambaquianos que habitavam a região.

Sobre a exposição, Juber Decco, Técnico em Arqueologia do Instituto de arqueologia Brasileira diz que *“Foi pensado desde o início a posição, aonde ia ser feita a escavação, aonde ia ser colocado vitrine, aonde ia ser feito tudo. Isso foi um projeto anterior da escavação.”*<sup>19</sup> É importante destacar que foi constatado que os povos sambaquianos habitavam este local devido a facilidade de alimentos oferecida pelo mar na região.

“Até certo ponto essa facilidade de alimentos conteve as mudanças culturais. Então você observa que os sambaquis são ocupados às vezes três mil anos e a população que estava lá no início é muito parecida com a população que estava no final da ocupação do sítio, fazendo os mesmos artefatos, utilizando a mesma potencialidade da natureza e com muito pouco padrão de modificação cultural. Quando nós fizemos a escavação no Sambaqui da Tarioba, nós pudemos notar exatamente essa peculiaridade. Ele foi ocupado por mais de mil anos e não se nota praticamente nenhuma diferença no acervo cultural, dos níveis mais profundos para o nível mais recente. Pesquisas arqueológicas posteriores mostraram que até pelo menos o século XVII povos de cultura sambaquiana continuaram vivendo no estado do Rio de Janeiro.” (Ondemar Dias – Presidente IAB)<sup>20</sup>

Não se sabe bem a causa do desaparecimento dos povos que habitavam os sambaquis. A hipótese mais provável é que tenham sido dizimados em disputas por territórios ou incorporados pelas tribos guerreiras provenientes do interior do país, que ocupavam toda a costa brasileira na época do descobrimento.

“O esvaziamento populacional, ele se dá fundamentalmente por uma razão: os portugueses precisavam da força de trabalho indígena. Os

---

<sup>19</sup> Idem 15

<sup>20</sup> Idem 15

demógrafos da Escola de Berkeley dizem que o que aconteceu aqui foi a maior catástrofe demográfica de toda a história da humanidade. Nunca um continente foi esvaziado com tanta violência e com tanta rapidez como o nosso.” (José Ribamar Bessa Freire)<sup>21</sup>

A história do Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba apresenta grupos, tais como, pesquisadores, professores e moradores da cidade de Rio das Ostras que acreditam na importância de preservar histórias e memórias literalmente subterrâneas de povos que viveram na região há milhares de anos. Nessas histórias existe a tentativa de contar a história da ocupação local, através de vestígios deixados por povos indígenas e sambaquianos, seja na cerâmica, seja através de enterramentos, que apresentam características peculiares.

É nítido o investimento no sentido de valorizar a memória e a história dos povos indígenas que viveram e vivem no estado do Rio de Janeiro. A arte de narrar essa história se dá no sentido de demonstrar que o estado foi palco da trajetória de grupos humanos importantíssimos – indígenas e sambaquieiros, neste caso – para o entendimento dos processos de ocupação do território nas Américas.

É possível observarmos então, a formação de uma rede de pesquisadores que se debruçam sobre este tema em diversas instituições de pesquisa e museológicas no estado do Rio de Janeiro. Relacionando com o conjunto da pesquisa que nos levou à descoberta do Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba, percebemos que é crescente o número de museus que focalizam o tema da presença e da memória de povos indígenas no estado do Rio de Janeiro (Museu Arqueológico de Araruama, Solar do Colégio, Museu Vivo do São Bento, Museu Arqueológico de Itaipú, Museu do Índio). Podemos falar numa mudança no imaginário da memória fluminense, onde cada vez mais este passado indígena pré-histórico aflora com força. Podemos afirmar então que o Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba não representa um caso isolado, mas uma tendência no estado do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>21</sup> Idem 15

ABREU, Regina. Museus Etnográficos e Práticas de Coleccionamento: Antropofagia dos sentidos. *In*: CHAGAS, Mario de Souza (org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Museu: antropofagia da memória e do patrimônio**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, nº 31, 2005.

ABREU, Regina. **Tal Antropologia, qual museu?** *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza, SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. (orgs.) **Museus, coleções e patrimônios: Narrativas Polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

ABREU, Regina. **Patrimônios Etnográficos e Museus: uma visão antropológica**. *In*: ABREU, Regina e DODEBEI, Vera (orgs.). **E o Patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

ABREU, Regina. **Cartografando o Rio de Janeiro e seus museus: notas sobre a etnografia dos percursos**. 2009 (*mimeo*)

ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

BRANDÃO, Cristina de Jesus Botelho. **A cena do índio na TV**. Museu do Índio. Rio de Janeiro, 2010.

BRUNO, Maria Cristina. **A Musealização da Arqueologia**. Cadernos de Sociomuseologia nº 17, 1999.

CHAMUM, Denise. **Arqueologia e Memória: O caso da musealização do Sambaqui da Tarioba**. 3.ed. Rio das Ostras: Fundação Rio das Ostras de Cultura: Gráfica Iriri, 2004.

COUTO, Ione Helena Pereira. **A tradução do objeto do “outro”**. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza, SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. (orgs.) **Museus, coleções e patrimônios: Narrativas Polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

FONSECA Jr, Eduardo. **Sambaquis e quilombolas nas terras fluminenses**. 1.ed. Rio das Ostras: Gráfica e Policromia Iriry, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro** (2vols.). Rio de Janeiro : Pró-Índio/NAPE/UERJ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Tem índio no Rio**. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2001.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Maria Fernanda. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. Programa de Estudos de Povos Indígenas.



Departamento de extensão/SR-3. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1997.

FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA. **Terra dos peixes** – Volume II. Projeto Memória. Fundação Rio das Ostras de Cultura. Prefeitura Municipal de Rio das Ostras. 2 Ed. Rio das Ostras, 1997.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui**: Arqueologia do Litoral Brasileiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GASPAR, Maria Dulce, BUARQUE, Angela, CORDEIRO, Jeanne, ESCÓRCIO, Eliana. **Tratamento dos Mortos entre os Sambaqueiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro**. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo nº17: 2007.

NUNES, Pedro Sol de Abreu. **Uma experiência audiovisual no Museu Vivo do São Bento**: Memória e ressignificação do território em Duque de Caxias, RJ. Monografia apresentada como conclusão do curso de “Geografia e Meio Ambiente” do Centro de Ciências Sociais da Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

POLLAK, M. “Memória e Identidade Social” In: *Estudos Históricos*. Volume 5, nº10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/104.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2009.>

POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/43.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

POMIAM, K. **Sistemática** In: *Enciclopédia Einaudi (volume 42)*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções**: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetórias do IPHAN. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, Blanca Dian Brum. **Memória, Esquecimento e Discurso**: Um estudo de caso Tupinambá. UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. PPGMS – Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2005.

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1975.

TENÓRIO, Maria Cristina. **Identidade Cultural e Origem dos Sambaquis**. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, nº 14: 2004.

THEVET, A. **As singularidades da França Antártica**. Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1978.

## FONTES ÁUDIOVISUAIS

Acervo do Projeto Memória, Cultura, Transformação Social e Desenvolvimento:  
Panorama Museal do Estado do Rio de Janeiro.

Baixadas Litorâneas: Fita 4A - Costa do Sol; Fita 4B - Costa do Sol; Fita 4C-  
Costa do Sol; Fita 4D - Costa do Sol

PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS. Fundação Rio das Ostras de Cultura.  
**Sambaqui da Tarioba:** Preservar é Preciso. Rio das Ostras, 2004. (30 min)

## FONTES DA WEB

FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA.

<http://www.culturariodasostras.com.br/> - Acesso em: 06. Abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

<http://www.ibge.gov.br/home/> - Acesso em: 11. Mai. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)

[http://museus.ibram.gov.br/sbm/cnm\\_apresentacao.htm](http://museus.ibram.gov.br/sbm/cnm_apresentacao.htm) - Acesso em: 11. Jun.  
2011.

MUSEUS DO RIO

<HTTP://www.museusdorio.com.br> - Acesso em: 13. Jul. 2011.

INEPAC

<http://www.inepac.rj.gov.br/arquivos/RiodasOstras.pdf> - Acesso em: 02. Mar.  
2011,